



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45

107ª Reunião Ordinária do Conama.

Brasília/DF.
13 de Setembro de 2012.

(Transcrição ipso verbo)
Empresa ProixL Estenotipia

46 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do Conama/MMA) –**
47 Pessoal, vamos ver os nossos informes aí. Vamos começar pelos dois informes
48 do Ministério da Saúde sobre análise, impacto e saúde em grandes
49 empreendimentos e sobre o Estado do Rio de Janeiro, o estudo relacionado a
50 empreendimento da Thyssenkrupp conforme aprovado na última reunião.
51 Então, os nossos colegas do Ministério da Saúde estão convidados a prestar
52 seus dois Informes. Vamos começar primeiro pelo genérico. O primeiro
53 contextualiza. A Mariana vai falar sobre análise e impacto à saúde em grandes
54 empreendimentos. E depois nós vamos discutir o Thyssenkrupp. Seja bem-
55 vinda Mariana.

56

57

58 **SR^a. MARIANA SCHNEIDER (MS) -** Bom dia a todos. Meu nome é Mariana
59 Schneider, eu sou o departamento de vigilância em saúde ambiental e saúde
60 do trabalhador do Ministério da Saúde. Nós viemos aqui fazer uma
61 apresentação sobre os impactos como que o Ministério da Saúde tem
62 trabalhado junto aos impactos de grandes empreendimentos. Se possível nós
63 já vimos trabalhando nesse tema desde por volta de 2001, onde houve uma
64 manifestação do Ministério Público solicitando um parecer do Ministério da
65 Saúde relativo ao gasoduto Brasil-Bolívia, onde houve um derramamento de
66 mercúrio e causou vários agravos à saúde dos trabalhadores e principalmente
67 relacionados a empreendimento. A partir de então, foi verificada a importância
68 de se ter uma articulação com o Ministério da Saúde para se tratar os grandes
69 empreendimentos dentro dos estudos de impacto ambiental. Foram feitos
70 vários termos de cooperação junto ao Ministério do Meio Ambiente para
71 fortalecer todo esse trabalho conjunto e buscar inserir questões da saúde mais
72 fortalecidas dentro do licenciamento. Passamos então a receber demandas do
73 Ibama para fazer análise de termos de referência, estudo de impacto ambiental
74 e até PBA, mas esses informes mais de forma aleatória. Em 2009 participamos
75 da elaboração dos planos de desenvolvimento regional sustentável do Xingu
76 assim como da região turística do meio Norte, onde foi elaborado um
77 diagnóstico de saúde com a proposição de proposta que preparassem a região
78 para esses grandes empreendimentos. Por fim, agora em 2011, tivemos um
79 trabalho bastante ativo junto à implantação da hidroelétrica de Belo Monte e
80 isso gerou toda uma estrutura gestão dentro do Ministério onde foi criado um
81 Grupo de Trabalho para trabalhar com esse tema, com a participação de todas
82 as secretarias do Ministério da Saúde. Aqui só para relembrar algum contexto
83 legal e normativo, o Ministério da Saúde está participando como órgão
84 interveniente do processo de licenciamento dentro da portaria interministerial
85 419, mas somente relativo ao aspecto da malária na região da Amazônia legal
86 é necessário que o empreendedor elabore um plano específico de ação e
87 controle da malária. A malária realmente é um agravo muito importante na
88 região amazônica, mas não há nenhuma ação específica para os outros
89 agravos. É muito importante que nós tentemos ampliar esse escopo, para que
90 não se trabalhe somente a malária e sim os agravos da saúde como um todo.
91 No processo de discussão da portaria interministerial houve um acordo junto ao
92 Ministro Padilha e Ministra Izabella Teixeira de se buscar uma agenda para
93 conversar e ver qual o instrumento que se usaria para fortalecer essa
94 cooperação entre o Ministério da Saúde e o Ministério do Meio Ambiente no
95 sentido de apoiar o processo de licenciamento com algumas análises mais

96criteriosas do setor saúde no processo. Hoje a atuação da saúde está
97embasada na Resolução Conama 237, onde o Ibama pode solicitar outros
98órgãos quando couber pareceres e notas técnicas a respeito dos estudos de
99impacto ambiental e outros documentos relativo ao processo de licenciamento.
100Então, nós temos atuado bastante, aleatoriamente como colocado
101anteriormente e para se ter uma ideia a participação do setor saúde pode ser
102fortalecida quanto mais cedo entrar no processo de licenciamento menor e
103mais minimizados serão os impactos. Participação desde o termo de referência
104faz com o que setor saúde insira questões que são fundamentais de serem
105levantadas nos estudos de impacto ambiental e fortaleçam até o baseamento
106de dados que o estudo de impacto ambiental possa levantar. Então, com as
107recomendações precoces, é possível que se pense até no momento de se
108reprogramar as medidas mitigadoras, que elas estejam de acordo com os
109critérios e parâmetros do SUS que não aconteça, por exemplo, a construção de
110uma unidade básica de saúde numa região em que não existam os critérios
111populacionais e os critérios de tamanho e padrão de construção que são
112preconizados pelo SUS. Havendo desacordo nesses critérios, existe também a
113dificuldade de se manter a sustentabilidade do processo. Não há necessidade
114de se construir grandes hospitais onde a demanda de leitos é abaixo da
115necessidade do hospital. Então, isso também otimiza, faz com que o recurso
116privado dos grandes empreendimentos estejam em congruências e
117complementem os recursos públicos do SUS. Aqui só para se ter uma ideia do
118que o Ministério da Saúde já tem avaliado, isso é um levantamento de
119dissertação de mestrado de uma aluna da UnB, por isso está só até 2007.
120Então, no total foram feitas considerações a 22 documentos relativos ao
121processo de licenciamento de diversos tipos e desses o Ibama acatou as
122recomendações e o empreendedor de 18 delas. A distribuição dos eias, terras
123e PBAs que já foram analisados, isso foi até início de 2010. A maioria deles
124localizados na região da Amazônia legal, muito também em função do PAC, até
125como colocado pelo presidente da ANEEL ontem. Ainda existe a previsão de
126várias novas hidrelétricas e isso é muito importante que nós estejamos parceiro
127nesse processo principalmente pelo fato da região amazônica ser uma região
128já bastante carente na questão infraestrutura e assim apoiar o fortalecimento
129da saúde na região. Nós temos uma metodologia de avaliação de impacto à
130saúde, que serve como metodologia assessoria, ela funciona de forma
131bastante parecida com a avaliação de impacto ambiental. Ela foi proposta pela
132OMS e tem sido adaptada para vários países da região Europeia, Estados
133Unidos, Nova Zelândia e Austrália e ela é aplicada para se avaliar o impacto
134tanto de projetos, mas assim como programas e políticas de Governo. Aqui no
135Brasil estamos iniciando um processo de trabalhar com avaliação de impacto à
136saúde, mas mais relativas a projeto de grandes empreendimentos por ela ser
137uma ferramenta que faz levantamento preliminar de impactos à saúde e
138também tem a sua grande importância justamente no papel limitado que é a
139avaliação de impacto ambiental tem quando se pensa o setor saúde dentro do
140processo. Ela tem uma característica preditiva por ser preliminar, ela é
141participativa, tem a participação dos movimentos sociais, o controle social e a
142natureza intersetorial por dialogar com vários outros órgãos tanto
143principalmente do meio ambiente assim como órgãos de saneamento
144segurança e etc.. Então, atualmente nós temos trabalhado com a contribuição
145de elaboração dá notas técnicos de análise de EIA, ATR, PBA também nos

146 projetos de integração do São Francisco, as hidrelétricas de Santo Antônio
147 Girau, tivemos um sucesso muito grande com uma Comissão de
148 acompanhamento dos programas de saúde pública, das duas hidroelétricas,
149 isso permitiu o acompanhamento da situação de saúde e a colocação de ações
150 para os gargalos existentes ao longo do processo. Trabalhamos também com
151 plano de desenvolvimento da região turística do meio Norte e o
152 desenvolvimento regional sustentável do Xingu onde estamos atuando até hoje
153 como membro Comitê Gestor do PDRS Xingu e eu acho importante colocar
154 aqui os desafios que estamos tendo relativo aos grandes empreendimentos, a
155 participação do setor acaba sendo um pouco tardia, o SUS acaba pagando boa
156 parte da conta porque se você não consegue garantir nem a saúde dos
157 trabalhadores, isso dificulta até a própria construção da obra. Atualmente com
158 o Decreto 7.508, que regulamenta o SUS, estamos com uma nova proposta de
159 regionalização da saúde de pensar a saúde como uma região, ou seja, não
160 precisar em cada município ter um hospital, em cada município ter o
161 atendimento de urgência e emergência, nós pensamos na região de saúde na
162 logística da saúde e por essa complexidade é importante nós fortalecermos
163 essa participação porque nada melhor do que você ter o Secretário de Saúde
164 trabalhando com Secretaria de Meio Ambiente na hora de definir como que
165 seriam essas medidas mitigadoras de grandes empreendimentos, as redes de
166 atenção que estamos trabalhando na implementação e priorização dos
167 municípios onde vão receber grandes obras, as redes de atenção à saúde, mas
168 isso tem toda a questão dos critérios do SUS que estão precisando ser
169 adaptados para esta nova situação. A indução de financiamentos agora em
170 Belo Monte nós tivemos um projeto piloto que aumentam o repasse a recurso
171 para as áreas de atenção básica em vigilância e saúde, que são baseadas no
172 tamanho populacional, porque o processo migratório acaba levando um
173 contingente muito grande de pessoas para a região, isso não é computado pelo
174 IBGE, fazendo que esses recursos que o SUS encaminhe para os municípios
175 estejam em desacordo com a população atual devido ao grande
176 empreendimento. Então, estamos tratando em novas formas de apoiar a região
177 impactada por grandes obras na questão dos financiamentos e o modelo de
178 gestão dessas regiões. Tivemos um sucesso muito grande na região do Xingu
179 um trabalho de articulação com as secretarias municipais junto ao Estado junto
180 ao Ministério com a criação de Grupo de Trabalho tripartite. Esse Grupo de
181 Trabalho aproximou todos os atores no processo, sensibilizou a necessidade
182 de ter uma visão diferenciada para tratar os impactos da saúde e sensibilizou a
183 necessidade de haver um diálogo com as Secretarias de Meio Ambiente
184 estaduais e municipais. Atualmente estamos construindo junto à Secretaria-
185 Executiva uma Câmara Técnica para tratar dos grandes empreendimentos. E
186 isso vai facilitar toda a análise desses documentos com pessoas de cada
187 secretaria especializada de cada secretaria com olhar interdisciplinar da saúde
188 e nós poderemos dar um resultado fortalecido em relação aos TRs, EIAs e
189 PBAs. E o fortalecimento dessas ações intersetoriais. Estamos com uma
190 articulação muito boa atualmente com o Ibama, por isso recebemos esses
191 estudos e eles já estão sensibilizados da importância das considerações que o
192 Ministério da Saúde tem feito aos empreendimentos, e é importante também
193 que os Secretários de Meio Ambiente estejam aqui presentes tenham essa
194 visão de que é fundamental que o setor saúde seja convidado para os
195 processos de licenciamento para evitar problemas futuros até com que vai ser

196discutido posteriormente sobre a TKCSA, diminuem as tensões e fazem com
197que as medidas mitigadoras e compensatórias do processo de licenciamento
198esteja de acordo com o preconizado no Sistema Único de Saúde. Assim nós
199conseguimos fazer o casamento dessas duas ações e potencializar e melhorar
200o atendimento e a situação de saúde da população. É isso. Obrigada. (*palmas*).

201

202

203**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do Conama/MMA) –**

204Pergunta para a Mariana? Eu tenho posso fazer? Tem poucas coisas no Brasil
205que nós conseguimos planejar minimamente. As hidrelétricas, pelos ciclos
206delas são investimentos de cinco anos, oito anos. Sabendo disso, não é caso
207de tentar negociar recurso via orçamento para a região que não sejam via
208estudos de impacto ambiental? Porque ao contrabandear isso dentro do
209impacto ambiental, de certa forma você vai onerar o empreendimento. O
210Governo já vai sabe que vai ter o empreendimento lá. Sabe que vai ter uma
211população transitória, sabe que tem risco de doença e etc., etc.. Não seria o
212caso de dar-se um tratamento diferente acoplado ao investimento que está
213sendo feito na região, isso ser equacionado em paralelo e não via impacto
214ambiental?

215

216

217**A SR^a. MARIANA SCHNEIDER (MS) -** Bom relativo, por exemplo, eu vou dar
218um exemplo do complexo do Tapajós, o Ministério da Saúde já está
219participando das discussões, estamos trabalhando em ações para preparar a
220região, para receber esses empreendimentos, eu acho que é uma fase muito
221importante também até tomar conhecimento do que está por vir e poder
222preparar a região para receber isso, mas no processo de licenciamento,
223acontece muito de determinadas medidas mitigadoras estarem coletivamente
224desacopladas SUS serem acordos feitos com Prefeitos e isso estando dentro
225do projeto básico ambiental. Eu acho que o licenciamento é uma oportunidade
226de nós termos um diagnóstico de apoiar um diagnóstico da situação real do
227local e assim poder nessas medidas mitigadoras poder proporcionar que esse
228investimento seja feito da melhor forma possível e não ser colocado em ações
229que não resolvam os impactos que foram identificados no EIA e também
230onerem município sem poder ter o aporte do Ministério da Saúde para a sua
231manutenção e sustentabilidade. Mas, estamos sim com esse movimento
232preliminar junto ao Ministério do Planejamento para essas questões de
233trabalhar preliminarmente.

234

235

236**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do Conama/MMA) –** Só

237para esclarecer, não é que não faça parte do EIA, mas que envia um pouco o
238EIA porque, na verdade, é como se a saúde andasse a reboque do EIA e não
239deveria ser assim. Não é o culpa do Ministério, mas do ponto de vista do
240Governo, se vai ter um investimento grande na região, isso não precisaria vir
241em última instância via o relatório de impacto ambiental. Qualquer perspectiva
242de desenvolvimento regional e territorial teria que dar um tratamento
243diferenciado a esta questão porque ela é antecipável. E permitiria a Saúde
244investir nisso sem depender tanto assim da qualidade, do conteúdo, do que
245vem legitimado pelo EIA. Vem também com muitos filtros.

246

247

248A SRª. MARIANA SCHNEIDER (MS) – Bom, nós sabemos que o que o EIA
249leva para região é uma coisa mínima dentro do aporte do que o Governo tem
250que proporcionar àquela região. Realmente é competência do Governo Federal
251fornecer um sistema de saúde de qualidade para as regiões. A nossa ideia de
252trabalhar em parceria no licenciamento não seria para burocratizar mais o
253processo, seria usar uma ferramenta a mais para tentar melhorar a situação da
254saúde na região. O Ministério da Saúde tem N prioridades e nem sempre nós
255conseguimos direcionar essas prioridades para a questão dos grandes
256empreendimentos. Seria uma parceria, não querer burocratizar mais ainda o
257processo.

258

259

260O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do Conama/MMA) –
261Muito bem, vamos então para o nosso Thyssenkrupp, começamos por onde
262aqui? Ministério da Saúde, a própria Marina ou não, o Luiz?

263

264

265O SR. LUIZ BELINO FERREIRA SALES (MS) – Bom dia a todos, na última
266Reunião Ordinária foi em função da retirada da proposta de moção da FURPA,
267da Ingá e da AMAR, foi feito um acordo para que os pesquisadores da
268Universidade Estadual do Rio de Janeiro e também da fundação Osvaldo Cruz
269viessessem e fizessem um esclarecimento relacionado à questão dos indicadores
270de alerta e toda a problemática da relação saúde e ambiente na questão.
271Então, eles irão fazer essa apresentação. É o professor Alexandre Pessoa e a
272professora Mônica da UERJ.

273

274

275O SR. ALEXANDRE PESSOA - Bom dia a todos e todas. É um prazer estar
276aqui no Conama. Eu gostaria de agradecer ao convite para que a Fiocruz
277pudesse dar os esclarecimentos a respeito da nossa atuação frente ao caso
278TKCSA, Thyssenkrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico. Eu me chamo
279Alexandre Pessoa, eu estou engenheiro sanitário, mestre em Engenharia
280ambiental, dotado da unidade da Escola Politécnica de Saúde Joaquim
281Venâncio, que é uma unidade da Fiocruz no laboratório de educação
282profissional de vigilância em saúde. Na verdade, a fala, a apresentação da
283Mariana do desastre de uma certa forma nos facilita porque já contextualiza a
284abordagem, eu acho que até facilita e eu, na verdade, atuo campo da saúde
285ambiental. Então, talvez o objetivo estratégico da minha fala em termos
286propositivos seja exatamente considerar o trabalho e a expertise que o
287desastre já está desenvolvendo com relação à avaliação dos impactos à saúde.
288Os profissionais da Fiocruz pesquisadores têm um entendimento de que de
289fato os impactos dos grandes empreendimentos, siderúrgicas, de complexos
290industriais, mesmo do agrotóxico, do setor do agronegócio tem trazido uma
291série de impactos à saúde que nós entendemos que a avaliação de impacto
292preconizado pela Organização Mundial de Saúde na perspectiva preventiva e
293precaucionária pode de fato minimizar e eliminar uma série de conflitos
294socioambientais que estão acontecendo no País agora obviamente que eu vou
295me ater na questão do Estado do Rio de Janeiro, em especial na Bacia

296Hidrográfica da Baía de Sepetiba, onde está instalada a Thyssenkrupp. Os
297senhores receberam um ofício por parte do Grupo de Trabalho da Fiocruz na
298avaliação dos impactos da siderúrgica e em especial da Thyssenkrupp no
299Brasil aqui no território de Santa Cruz. Esse documento foi elaborado pelo
300Grupo de Trabalho do qual eu sou um dos componentes e vim obviamente
301enquanto instituição dar os esclarecimentos que se fizerem necessários.
302Anexado a esse documento, vocês percebiam que existem uma linha o tempo
303para nós que é muito importante porque ela, na verdade, consigna todo um
304processo histórico que começa desde 2006. Ainda na fase de projetos, na fase
305de estudos. Então, essa linha do tempo mostra a complexidade do assunto e
306obviamente uma série de conflitos, equívocos e problemas que entendemos
307que poderiam ter sido evitados na perspectiva do direito à saúde de um
308território que por si só já tem uma vulnerabilidade socioambiental obviamente
309anterior a própria instalação da Thyssen. Em um agradecimento que eu fiz ao
310Conama, eu gostaria de fazer um agradecimento especial aos Conselheiros da
311AMAR, da Ingá a e da FURPA que trouxeram esse debate aqui para o Conama
312porque nós estamos fazendo essa discussão em várias localidades deste País,
313em vários seminários, o debate técnico-científico coloca o caso da TK como um
314caso emblemático no País e temos que aprender com os processos. Então, eu
315tive a oportunidades de conhecê-los agora não conhecia os representantes
316dessas organizações que trouxeram de forma solidária o tempo para cá. Então,
317eu gostaria de fazer o agradecimento. Pelo que eu vi da proposta de moção
318estava inclusive destacado muito a questão dos processos que foram movidos
319pelo TK relativo aos profissionais da saúde. Eu sou um deles, engenheiro, a
320Mônica, que é profissional de saúde da UERJ, que trabalha no Hospital
321Universitário Pedro Ernesto e o pesquisador Hermano Castro, que é bastante
322conhecido na área ambiental no campo da saúde ambiental que também foi
323processado. Agora, nós trazemos obviamente a notícia que é feliz para nós,
324que os processos foram extintos. Ou seja, e aí eu gostaria de destacar que
325houve uma mobilização muito importante nessa questão. Houve uma
326mobilização, eu gostaria de citar quatro representações. A OAB teve um papel
327fundamental na mediação dessa questão do processo. O Instituto dos
328Advogados Brasileiros, a Associação Nacional dos Defensores Público centrais
329sindicais, entidades jornalísticas, tem aí, vocês receberam alguns documentos
330sobre o caso, nós temos uma lista significativa de uma diversidade de
331entidades representativas que se colocaram prontamente na defesa, não do
332pesquisador individual, mas do exercício da sua missão profissional. Enquanto
333servidores públicos porque nós atuamos nesse caso respaldado por portarias
334internas da instituição. Vejam bem, eu enquanto profissional da saúde, se eu
335não exercesse essas atividades, talvez eu pudesse questionado exatamente
336pelo não exercício da minha missão. Então, isso para nós, é fundamental
337porque não é uma individualização do caso. Porque a função do servidor
338público do campo da saúde do campo do meio ambiente tem que ser
339preservado enquanto um princípio democrático no Estado democrático de
340direito. Passado a questão dos processos, que aí já é uma questão até
341extemporânea, a própria presidência da Fiocruz se colocou publicamente na
342defesa da liberdade de expressão e da liberdade técnica-científica. Nós
343entendemos que as questões conflituosas e a complexidade exigem o debate
344do campo técnico-científico. Não na discussão da judicialização, mas entrando
345no fato em si eu particularmente me envolvi no caso a partir de uma missão

346realizada em setembro de 2010 na medida em que a empresa entrou em
347operação e já na partida do seu primeiro alto-forno houve uma verdadeira
348chuva de material particulado, não estou hiperbolizando foi uma chuva de
349material particulado no território de Santa Cruz e mediações de grande
350extensão. Esse material caiu nas habitações, nas áreas públicas, no
351ecossistema, na cabeça das crianças, nos olhos das pessoas, na pele, nos
352reservatório de águas, nas caixas d'água, nas áreas de plantação e
353obviamente isso gera uma série de impactos socioambientais, inclusive para
354além da questão do agravamento do quadro clínico dessas pessoas que,
355inclusive foi devidamente registrado em um relatório elaborado por
356pesquisadores da instituição que esse relatório está citado, é público, foi
357encaminhamento diretamente ao Ministério Público sob determinação da
358presidência da Fiocruz, está no documento que os senhores receberam, os
359senhores podem acessar ao relatório extenso exatamente para gerar demanda
360numa tentativa de mudança do curso dos impactos que estava acontecendo.
361Eu estava presente na missão, várias instituições e infelizmente houve uma
362determinação na medida em que os processos não foram devidamente
363equacionados, basculamento de ferro gusa em áreas aberta, material
364particulado sobrevoando o território interiorizo. Houve uma determinação e uma
365liberação do segundo alto-forno. Por isso que eu trouxe a matéria do sindicato
366dos engenheiros, que eu me coloquei obviamente uma forma contrária à
367partida do segundo alto-forno entendendo que não era numa gestão
368precaucionária nem uma questão de prevenção mesmo. Entendíamos que a
369entrada do segundo alto-forno iriam aumentar o basculamento de ferro gusa e
370poderia intensificar o processo de poluição. Fato é que na data do dia 24 de
371dezembro de 2010, estamos falando do Natal, houve um novo evento crítico de
372material particulado no território. A TK afirma que é grafite, que equivale, veja
373bem, equivale ao inerte do grafite que está nos lápis das crianças. Essa é fala
374da comunicação da empresa para a população. Obviamente que a fala do
375Estado e da saúde têm que ser uma fala distinto. Eu estou colocando isso
376numa questão do princípio, do direito à comunicação na medida em que os
377moradores estão respirando um material que não é apropriado a sua condição
378humana e não podemos naturalizar isso, é uma questão de direito social eles
379saber qual a composição química do que ele está respirando cotidianamente.
380Isso é uma questão que nós fizemos questão da pautar. Agora, o fato é que
381isso envolve não somente a questão do agravamento do quadro clínico, mas
382interfere no que nós chamamos na saúde pública dos determinantes sociais da
383saúde porque a pesca artesanal fica comprometida porque os pequenos
384agricultores da região ficam comprometidos porque o turismo compromete na
385medida em que o território fica sendo reconhecido como uma área que sofre
386uma poluição. Eu estava do lado do Firmino na Assembleia Legislativa, não sei
387se você se lembra, em que os pesquisadores, os agricultores que vieram da
388colônia japonesa fizeram um fala técnica e emocionante dos impactos que eles
389dizem terem sido sofrido por mudanças do regime hidráulico dos rios
390decorrente da obra. Obviamente que essa colocação merece ser avaliada
391tecnicamente em que medida isso se deu. E o próprio termo de ajustamento de
392conduta colocou uma avaliação hidráulica das mudanças que ocorreram por
393parte da instalação. Eu gostaria de contextualizar que é uma área estuarina
394que sofre um efeito obviamente de efeito de maré intensa e que qualquer
395alteração, já nos ensinava o DNOS, na questão dos canais ali construídos, tem

396 impacto significativo no regime hidráulico da região. Enfim, essa participação
397 da Fiocruz não se deu inicialmente na missão, essa é uma área vulnerável na
398 perspectiva da saúde. A exemplo da Ingá Mercantil que trouxe um passivo
399 ambiental e a Fiocruz conforme, está escrito no documento tem trabalhos
400 anteriores ao caso da TKCSA. E mesmo na fase de licenciamento, por isso que
401 eu gostaria de fazer o *link* no que diz respeito a IS, pesquisadores da Fiocruz
402 elaboraram pareceres técnicos colocando a insuficiências dos estudos
403 ambientais à época, em especial no que diz à saúde ambiental e da saúde
404 humana. Isso foi colocado de forma preventiva pelos pesquisadores. Então, a
405 Fiocruz não está entrando no processo na medida em que ocorreu, os
406 pesquisadores têm um trabalho território, e isso é importante. O fato é que o
407 empreendimento foi liberado, os problemas vieram e agora nós temos um
408 termo de ajustamento da conduta. O termo de ajustamento de conduta,
409 senhores, pode ser acessado no site da empresa que, inclusive o TAC exigiu
410 que fosse publicado esse documento tanto no site da empresa quanto no site
411 ambiental. E ele apresenta 134 não conformidades. E envolve não somente
412 material particulado como questões relacionadas à questão hídrica, atmosférica
413 e edáfica. Gestão de resíduos, riscos e nesse TAC apresenta a necessidade de
414 monitorar emissões isso para além dos particulados, a exemplo dos
415 hidrocarbonetos e a exemplo da tipificação dos mesmos. Então, se nós
416 compararmos o parecer da Fiocruz elaborado anteriormente com o TAC, nós
417 percebemos que o que dizíamos no passado de fato tinha uma consistência
418 técnica. E obviamente que vale aqui o registro histórico disso. A linha do tempo
419 esclarece uma série de questões e obviamente linca de uma forma vários
420 documentos. Agora eu gostaria de relatar que o problema da TK não é um
421 problema local. Ele é um problema de repercussão nacional e internacional. O
422 País que mais aborda esse problema fora do Brasil é a própria Alemanha.
423 Deputada da Alemanha, Zimmer, veio na época da missão e esse assunto está
424 sendo recorrente na Alemanha já demos várias entrevistas com relação a isso
425 e obviamente isso envolve a própria população da Alemanha. Nós falamos aqui
426 na questão da determinação social, agora eu gostaria de fazer uma reflexão
427 com os senhores e senhoras, porque esse é uma questão de saúde pública
428 não está aqui sendo discutida nenhuma abordagem de matizes ideológica
429 estamos discutindo questões de saúde pública que merecem um
430 acompanhamento e depois do processo nós intensificamos os trabalhos,
431 inclusive. Para os senhores terem a ideia na linha do tempo, no último item, os
432 senhores podem ver no item 6.2.1, é exatamente o último item da linha, existe
433 um envolvimento atual da Universidade Federal de Juiz de Fora da
434 Universidade Access, da Inglaterra, que é uma das mais renomadas
435 instituições na defesa dos direitos humanos sobre o caso e estudo da TKCSA,
436 me parece que será vendida, pelo menos saiu na empresa, está em fase aí de
437 transferência para uma nova empresa, mas os estudos continuarão. E é
438 curioso colocar porque dentre essas pesquisas, a própria Fundação Ford é
439 uma das apoiadoras, porque obviamente é um problema de alta relevância.
440 Então, nós entendemos que os estudos têm que continuar, é emblemático nós
441 queremos que esse debate seja um exemplo para outros empreendimentos
442 que ocorrerão na própria Baía de Sepetiba. A pesca artesanal no Rio de
443 Janeiro hoje sofre um impacto significativo. Nós estivemos na Rio+20 num
444 tenda organizada pela, Fiocruz, Abrasp e SEBS, e o relato dos pescadores da
445 Baía de Guanabara e da Baía da Sepetiba é algo que merece uma reflexão no

446 campo da saúde, no campo do meio ambiente. A extinção da pesca artesanal
447 nesses ecossistemas têm um impacto de milhares de famílias e eu estou
448 falando de impacto a saúde. Obviamente que é necessário uma reflexão com
449 relação a isso, eu trouxe documentos dos próprios servidores do Ibama que só
450 colocaram claramente e estão, inclusive trabalhando conosco no sentido de
451 evitar que esses problemas à saúde continuem e nós consigamos reverter
452 esses processos por uma questão de direito a saúde e direito ao meio
453 ambiente. Eu gostaria de agradecer. Desculpe pela extensão da fala. Obrigado
454 (Palmas)

455

456

457 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do Conama/MMA) –**
458 Obrigado, Alexandre, queria chamar o Rio de Janeiro, o Firmino pedindo.

459

460

461 **O SR. PAULO NOGUEIRA-NETO NETO (ADEMA) –** As perguntas serão feitas
462 agora ou depois?

463

464

465 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do Conama/MMA) –**
466 Seria interessante que nós fizéssemos todas as exposições e depois nós
467 faremos as perguntas.

468

469

470 **A SR^a. MÔNICA LIMA (UERJ) -** Bom dia a todos e todas. Eu iria questionar
471 isso as perguntas para o Alexandre antes, mas ficaremos junto depois. Então,
472 eu sou Mônica Lima, eu estou pesquisadora da UERJ e trabalho no Hospital
473 Universitário Pedro Ernesto e estou há muito tempo envolvida no caso da
474 Thyssenkrupp desde a época da sua implantação, desde a época do seu
475 EIA/RIMA, que já viemos acompanhando uma série de irregularidades, o
476 precipício relatório da Fiocruz tem como anexo um documento anterior que é
477 uma análise desse EIA/RIMA. E a minha fala vai ser no sentido de tentar
478 sensibilizar as instituições, os Conselheiros aqui presentes, as organizações no
479 sentido de nós tentarmos fazer uma avaliação séria nesse caso, que é um caso
480 emblemático e que vem tendo grande repercussão internacional e que por ser
481 justamente um caso emblemático, nós precisamos olhar todos os pontos que
482 ramo falhas e até tentar fazer um aprofundamento no sentido geral dos projetos
483 dos grandes empreendimentos do nosso projeto de desenvolvimento atual no
484 país o PAC, e apenando no sentido mais amplo até como o ISA. Porque aqui
485 tem que ser feito o debate aqui que tem que ser feita a discussão para que nós
486 possamos intervir nessas políticas públicas nas possíveis políticas públicas
487 principalmente no nosso caso aqui específico no caso da saúde. E existe uma
488 grande preocupação, atual que é a venda dessa companhia. Nós estamos
489 tendo aí em crise no aço, a empresa está tendo uma série de prejuízos aí
490 econômicos por conta da crise, mas também por conta da mobilização dos
491 movimentos local e aí integramos as três Baías, não só a Baía de Sepetiba
492 como a Baía de Guanabara e a Baía de Ilha Grande porque, inclusive faltou
493 uma avaliação ambiental integrada na época de todos esses conflitos que já
494 estavam acontecendo com os passivos que já havia na região com a Ingá
495 Mercantil, a Gergal e outras indústrias siderúrgicas, a própria CSN que já

496estavam no local, quer dizer, já havia uma grande poluição na área, no local e
497não houve uma avaliação dos efeitos sinérgicos e cumulativos em relação a
498isso. Eu tenho aqui uma série de documentos que depois nós podemos dar
499uma olhada quem se interessar eu vou tentar passar muito rapidamente por
500cada um deles e estarei citando alguns outros documentos que nos faltam para
501uma conclusão, uma avaliação mais aprofundada, documentos de Secretaria
502de Saúde, documentos da própria Secretaria de Meio Ambiente, documentos
503de medicina do trabalho. Então, quer dizer, que o Conama possa ficar atento a
504esses documentos também e que possa em algum momento nos ajudar ou até
505mesmo também fazer a solicitação desses documentos para que nós
506possamos fazer a leitura como o próprio Alexandre já colocou, a questão do
507grafite, o relatório da Fiocruz, ele faz uma boa avaliação dos componentes do
508que significa esse grafite, quer dizer, não é somente grafite que tem ali, é uma
509série de outros componentes, inclusive tóxicos e que causam mal à saúde, mas
510o próprio órgão ambiental ainda não nos liberou esse dado no Rio de Janeiro.
511Eu queria colocar também e falar assim muito rapidamente porque aquela
512população vem sofrendo e que a empresa coloca como se fossem pequenos
513incômodos, mas são incômodos irreversíveis. Eu queria colocar alguns casos
514emblemáticos, porque houve uma equipe no meu hospital médica que recebeu
515algumas pessoas da região, assim como o Dr. Hermano de Castro lá da
516Fiocruz e eu pude acompanhar de perto muito desses indivíduos tanto na
517Fiocruz quanto no Hospital Universitário da UERJ. E eu queria colocar aqui
518dois como os idosos e as crianças são os mais afetados por doença agudas, a
519princípio agudas como alergias respiratórias, oftalmológicas e dermatológicas e
520depois no futuro as doenças crônicas, nós conhecemos muito bem, nós
521estamos falando aqui de uma poluição atmosfera, de um particulado que
522estaria carregando hidrocarboneto poliaromáticos e nós conhecemos muito
523bem na literatura o que tudo isso vai acarretar. Então, não foi à toa que o Dr.
524Hermano e nós fomos processados por essa empresa, nós não estávamos
525mentindo, porque qualquer um que acompanhe a literatura internacional sabe o
526que esses componentes químicos, tóxicos podemos causar à saúde humana
527como o câncer e modificações genéticas sim. Mas, tudo isso tem que ser
528avaliado, mas não só avaliado nós fazendo a busca ativa dessas evidências
529clínicamente, mas também subclínicamente. A parte subclínica também tem
530que ser avaliado porque tudo isso teria que ter prevista. Não é a toa que nós
531estamos reivindicando políticas públicas, que a saúde esteja desde a época do
532EIA/RIMA avaliando todos esses impactos na saúde porque tudo isso pode ser
533muito bem previsto e evitado. As populações não precisam sofrer por conta
534disso, coisa que está acontecendo no local, um local em que a rede SUS é
535completamente sucateada, o hospital estadual local encontra-se fechado há
536bastante tempo no momento de caos no momento dos dois acidentes esse
537hospital também se encontrava fechado. Então, ainda há muita subnotificação
538do que está acontecendo. Então, o caos, o caso é muito pior do que nós
539tentamos colocar e a apontar devido a esse subnotificação. Então, voltando
540aos dois casos que eu queria falar, uma criança e em idoso, nós temos o caso
541de um menino de 11 anos em que ele devido à poeira vocês estão sabendo
542que houve dois grandes acidentes na empresa por conta do vazamento do
543ferro gusa terem sido colocados em cavas da emergência, aquela poeira
544tóxica, o pó de prata, que eles dizem que é só grafite, não é só grafite, a
545população inalou esses particulados, a casa das pessoas ficavam cheias desse

546particulado e esse particulado em contato com pele das pessoas causava
547muita alergia, muita intoxicação. Sangramento no nariz, nos olhos, conjuntivite
548coceira e uma forte era muito asma, muita alergia, renite, sinusite. Os médicos
549que acompanhavam as pessoas encontraram esse particulado no couro
550cabeludo, no pé, na pele, no pulmão das pessoas. E esse menino fez uma
551infecção generalizadas, não só de pele, por conta da toxina, não só do pó, mas
552da bactéria que se proliferou na pele dessa criança e contaminou todo o
553organismo dessa criança, ficou completamente com diarreia, asmática com
554febre, totalmente inchada, eu estou colocando termos mais simples e a
555infecção generalizada chegou à toxina dessa bactéria por conta do pó prateado
556até o rim dessa criança e essa criança fez síndrome nefrótica. Então, essa
557criança chegou ao nosso hospital. Foi para um hospital mais próximo porque o
558da região não funcionava, mas chegou até o nosso hospital e aí ela foi tratada
559no nosso hospital e essa criança teve que sair da região, assim como outras
560crianças, atrapalhando toda a vida dessa criança inclusive a vida escolar e da
561família. E o que faz onexo causal? Após um certo tempo, essa criança até hoje
562precisa, a síndrome nefrótica é uma doença já crônica em que ela tem que ser
563acompanhada por um medicamento e regulada por medicamento e essa
564criança ao retornar à região estava sob controle com medicamento, mas ao
565retornar, ela faz uma nova crise da síndrome nefrótica. Então, é um caso
566bastante, não é o único, aconteceram outros casos e com uma senhora idosa
567que aconteceu foi mesmo problema. Agravando também todo o quadro de
568inflamação generalizada. Então, nós estamos tratando aqui de um problema
569bastante sério. E eu gostaria de colocar aqui bem rapidamente o envolvimento
570da minha instituição, a UERJ nisso. A própria medicina social da UERJ já
571apontou que nós tivéssemos, teríamos que ter um Grupo de Trabalho tratando
572da questão na própria UERJ. E a própria medicina social já apontou alguns
573pontos. E eu estive durante um tempo fazendo parte do Grupo de Trabalho de
574que iria trabalhar os aspectos na saúde da própria Secretaria de Meio
575Ambiente do senhor Carlos MINC e o senhor Tenório do INEA. Então, durante
576algum tempo eu estive participando dessas análises e estive acompanhando
577esse grupo na localidade, trabalhando, fazendo entrevistas com a população e
578esses Grupos de Trabalho da secretaria lá em Santa Cruz e a partir de um
579dado momento principalmente na época de análise porque esse Grupo de
580Trabalho é o chamado Grupo de Trabalho saúde e eles elaboraram um
581relatório sobre a saúde na localidade. O que eu gostaria até de solicitar ao
582Conama porque eu ainda não tive, apesar de ter participado do início desse
583estudo, não tive acesso ao final desse relatório do INEA. Então, eu gostaria de
584ter esse documento para análise e gostaria de sugerir mais pontos para esse
585documento até porque vim trabalhando nesse documento durante um tempo.
586Então, eu acho que seria legítima uma análise minha nesse documento. Então,
587quer dizer, esse documento teria que levar em conta uma série de fatores, mas
588nós falamos sobre isso quando tivermos o documento em mãos. Eu distribuí aí
589uma notícia que saiu no dia 31 no O Globo falando sobre a usina, a venda da
590usina, mas o que tem de mais grave aqui é que são as isenções fiscais. Um
591dos pontos graves. O que essa empresa recebe de isenção fiscal do nosso
592Governo daria para construir quantos hospitais e quantas escolas? Essa
593empresa está a venda, a própria Alemanha quer fechar o segundo alto-forno,
594que já foi posto em funcionamento em um momento crítico, que jamais poderia
595no momento do segundo acidente em dezembro, como já citado no momento

596em que a população estava sofrendo maior caos na sua saúde nesse momento
597o segundo alto-forno ainda foi liberado, passando por cima da justiça, do INEA
598o nosso Governador libera o segundo alto-forno se baseando num laudo
599limitado de uma empresa privada estrangeira que tem uma série de limitações
600que se baseia em ventos somente nos ventos não no princípio de precaução,
601ou seja, na hora que acontecer o acidente, a população deve ser avisada duas
602horas antes e outros pormenores muitas das vezes até piores do que está
603colocado nesse laudo em o que Governador de baseia. Então, mas eu queria
604colocar dessa notícia que a empresa, isso é sério, a própria empresa alemã
605está querendo fechar o alto-forno, diminuir a produção e a população, mas o
606nosso Governo não quer deixar que isso aconteça, se baseando somente
607pensando principalmente na lógica mercantil, na lógica mercadológica e não na
608saúde de pessoas, quer dizer, a nossa intervenção seria muito importante
609nesse momento. E eu queria mostrar aqui enquanto nós temos uma notícia que
610diz que a usina é problema e a própria Alemanha assume isso, a empresa diz o
611contrário, que o ar de Santa Cruz continua sendo um dos melhores, quer dizer,
612vamos refletir e ver quem fala a verdade e quem mente. Então, para concluir,
613eu queria falar para vocês não só da saúde dos moradores e dos agricultores
614mas também do que acontece dentro da empresa quanto à saúde dos
615trabalhadores. Esse jornal que nós distribuimos também apresenta um vídeo
616mostrando um grave acidente dentro da empresa que até hoje nada nos foi
617solicitamos os documentos e nada nos foi enviado também relatando sobre
618esse acidente. E que eles dizem que foi só a última de escape e nós sabemos
619dois trabalhadores, que não aconteceu isso, aconteceu inclusive até coisas
620mais graves e possíveis mortes. E nada disso está sendo notificado. E para
621fechar mesmo, eu queria falar sobre um documento que vem da própria
622Alemanha, da empresa de um dos diretores que trabalha há 40 na CSA, o
623senhor Shouts, em que ele mostra aqui, eu vou falar em inglês mesmo,
624somente dois parágrafos pequenos, (*fala em inglês*), quer dizer, foi o desastre
625maior que a Alemanha já cometeu. É uma história de megalomania, de erro de
626administração e de poluição ambiental. O segundo rapidamente, quer dizer, o
627próprio presidente da empresa e esse documento está sendo assinado por
628outros dois atuais. Oito anos atrás eles não previam o quanto essa história iria
629caminhar e iria para um sentido baixo porque é uma catástrofe, essa empresa
630aqui no Brasil foi um símbolo de um plano pobre de ganância e de
631irresponsabilidade. E para fechar, eu queria colocar para vocês que a própria
632OMS, na região durante a época dos acidentes, o que o INEA faz e o que nós
633não acostumamos fazer são médias, mas a população não está sendo média
634do particulado, picogramas por metro cúbico do particulado. Então, a
635população não é exposta a médias. Então, o INEA e os órgãos que estão
636fiscalizando isso acabam diluindo esses resultados e mascarando esses
637resultados. E para agravar a situação, o que a OMS permite que três vezes ao
638ano aconteça um pico maior que 50 microgramas por metro cúbico desse
639particulado, estou falando o maior, não estou falando nem do fino, que é muito
640mais grave, o de 50 microgramas. Na região de Santa Cruz, em dois meses
641aconteceram 39 picos, o quanto isso é grave. E a própria Organização Mundial
642de Saúde já questiona esses níveis padrões. Tudo isso vem sendo avaliado e
643vem sendo mostrado que esses níveis que nós consideramos padrões, eles
644teriam que ser melhores avaliados e teriam que ser mais baixos. Então, nós
645estamos aqui para fechar mesmo diante de um caso emblemático, de um

646 modelo de licenciamento que acaba não estamos querendo falar aqui de
647 ideologia, porque as nós estamos mostrando falhas técnicas, mas não pode
648 metros deixar de falar do ideológico também, e por isso mesmo o licenciamento
649 não pode ficar refém do ideológico que é o que vem acontecendo. Os nossos
650 licenciamentos têm sido tipo *fast food*. E que nós possamos caminhar esse
651 Conselho para uma Resolução, uma recomendação aos órgãos competentes e
652 que nós possamos realmente fazer uma real mudança de paradigma e pensar
653 no nosso projeto de desenvolvimento no nosso país porque é o nosso povo
654 que está sofrendo e o povo afora. Nós estamos matando as populações
655 principalmente as populações tradicionais. Obrigada e agradeço a todos até
656 por estar podendo fazer essa fala, aqueles para contribuíram para isso
657 (*Palmas*).

658

659

660 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do Conama/MMA) –**
661 Nós vamos depois, tem o Luiz Firmino pelo Estado do Rio de Janeiro. E tem
662 depois a pessoa da CNI da empresa.

663

664

665 **SR. LUIZ FIRMINO MARTINS PEREIRA (Governo do Estado do Rio de**
666 **Janeiro) –** Bom dia a todos, eu tinha pedido o microfone sem fio para ficar
667 mais perto ali para poder mostrar uma série de questões. Em primeiro lugar, as
668 pessoas me conhecem como Conselheiro, mas eu sou funcionário de carreira
669 do órgão ambiental, eu fui presidente do INEA de 2009 a 2010, portanto, eu
670 peguei o meio de todo esse processo da Thyssen e hoje como subsecretário,
671 acompanho bastante de perto a situação. Eu queria começar pelo final da fala
672 dela, eu acho que esse é o ponto de maior reflexão aqui para o Conama. O
673 Conama estabelece padrões de emissão atmosférica e padrões de qualidade.
674 Então, os padrões hoje fixados pelo Conama são os padrões que o
675 licenciamento ambiental adota. Então, eu acho o caso da Thyssen tem sim
676 questões relevantes e emblemáticas para que nós amanhã pensemos em
677 revisão dos padrões e em eventualmente mudança até da forma de avaliar
678 esses padrões, se é pelo pico, se é pela média de área, mas é importante frisar
679 que o licenciamento se dá em cima dos padrões estabelecidos por este
680 Conselho, seja para efluente industrial, ou seja também para emissões
681 atmosféricas. Eu queria começar mostrando para vocês, isso aqui é a área da
682 Thyssenkrupp é do tamanho do bairro de Copacabana, para quem conhece o
683 Rio de Janeiro, chegando um pouquinho até em Ipanema. São mais de 4
684 milhões de metros. Então, é essa área que nós estamos vendo aqui, aqui é a
685 rodoviária que vai para a região de Angra, aqui está para cá o Rio de Janeiro,
686 aqui está o bairro de Santa Cruz e aqui está a área de Itaguaí. Essa região já é
687 uma região industrial há algum tempo, aqui nós temos o distrito industrial de
688 Santa Cruz, com a Casa da Moeda do Brasil e antiga Prosígua, uma série de
689 empresas aqui, a Gerdau está aqui desse lado, enfim, já é uma área, o que fez
690 com que provavelmente em 2004, 2005, quando se começou a pensar nas
691 alternativas para essa Siderúrgica tem se considerado viável esse local.
692 Evidentemente, a proximidade com a população aqui de Santa Cruz e com
693 algumas áreas urbanas aqui em volta traz com certeza uma situação bastante
694 delicada do ponto de vista da necessidade de controle dessas empresas para
695 que não afete a essas populações vizinhas aqui lado. Um fato importante dizer

696que a siderurgia do Brasil é bastante antiga, e eu desconheço casos em que
697uma siderúrgica tenha dado partida sobre os olhos do órgão ambiental como foi
698feito dessa vez. Nós temos siderúrgicas aí, a maioria na era de Vargas, antigas
699e que nós nem víamos como é que esse processo começou a funcionar. Então,
700isso para nós, da área ambiental, hoje nós temos com certeza uma expertise
701adquirida em saber o que é uma siderúrgica da partida. Independente disso
702todos os estudos feitos no EIA/RIMA e todos os equipamentos propostos para
703os controles e padrões que o Conama exige, nós tivemos aqui é só uma rápida
704ordem cronológica, nós tivemos a licença prévia emitida em 2006, a licença de
705instalação é emitida ainda em 2006. Nós tivemos a entrada do primeiro alto-
706forno em julho de 2010. Eu vou mostrar o que aconteceu nesse momento. Em
707setembro de 2010 a entrada da assearia, vou explicar um pouquinho para
708você o que é isso. Em dezembro de 2010 a entrada do segundo alto-forno e
709em setembro de 2011 a assinatura do termo de ajustamento de conduta. E a
710LO, obviamente só sai quando tiver todos os testes prontos. Eu vou mostrar
711qual é essa lógica. Dentro daquela planta esse trecho aqui é o coração da
712siderúrgica. Mostrar aqui para você. Isso aqui é os dois alto-fornos, está
713vendo aqui? Isso aqui é a assearia. Aqui o gusa é feito, é preparado numa
714temperatura acima de 1.500C°, e daqui ele é levado para dentro da assearia,
715onde ele é processado e as placas depois vão saindo aqui no final desse
716processo da assearia. Isso aqui são filtros ligados à assearia, a maioria filtros
717de mangue que capturam todo o material particulado e o retiram. Toda essa
718área aqui é dotada de filtros, alto-forno também isso aqui tudo são baterias, são
719do tamanho de edifícios, verdadeiros edifícios de baterias de filtros aqui para o
720alto-forno também. Aqui esse equipamento que você estão vendo aqui é
721chamado lingotadeira. O projeto da Thyssen apresentado ao INEA na época
722FEEMA, e aprovado prevê o seguinte, ele tem um sistema diferente das
723siderúrgicas que usam carro torpedo parede fazer o transporte que é mais
724fechado, ele utiliza painéis em cima de carrinhos com pneus. Então, o gusa é
725preparado aqui, cai nessa panela e esse carrinho é levado por um equipamento
726igual *joystick*, vai carregando e leva aqui para dentro da assearia para ser
727usado. Se houver alguma inconformidade no ferro, na preparação, na
728qualidade do gusa ou algum problema, esse material tem que ser utilizado de
729outra forma. O projeto previa a utilização nessa lingotadeira. O que é
730lingotadeira, é um equipamento onde é despejado essa panela e todo o
731material é aspergido, todo esse sistema da lingotadeira tem um sistema de filtro
732e ali é feito como se fosse uma forminha de gelo, são produzidos ali um ferro
733em forma que pode ser vendido depois ou ser reprocessado mais para frente,
734ou seja, todo esse processo foi feito e foi licenciado com esse sistema de
735controle absolutamente fechado sem perigo de emissão fora dos padrões. O
736que aconteceu no momento que deu a entrada em carga? Uma siderúrgica
737desse daqui utiliza a tecnologia que hoje é considerada a mais avançada
738chamada, reaproveitamento de energia. O que significa isso? O próprio alto-
739forno entra como processador de energia para gerar energia para a própria
740usina funcionar. A assearia consome uma quantidade de energia absurda para
741produzir a placa de aço. Então, nesse processamento aqui no alto-forno,
742depois que ele é preparado, a assearia não está em carga. Começou a fazer o
743primeiro gusa, eu não porque eu não botei ainda, eu preciso gerar energia
744térmica para poder começar a fazer a energia que vai gerar a assearia. Então,
745as primeiras painéis a saírem desse forno tinham a previsão de ser totalmente

746absorvidas pela lingotadeira, que tinha todo o sistema de controle. O que
747aconteceu exatamente nesse problema? Aí uma lambança, literalmente, da
748empresa. A primeira fornada que vira a panela no local onde deveria cair caiu
749em cima da coifa que puxa essa panela. Erro de projeto porque calcularam
750errado provavelmente a densidade porque evidentemente não poderia nunca
751cair em cima abrir. Então já teve que abrir a coifa, retirar da coifa para fazer.
752Então, a lingotadeira já começou a causar alguma emissão porque já ficou
753prejudicado o sistema de retirada dela. Segundo, ponto, a lingotadeira não
754funcionou, as forminhas agarravam em todo o sistema de aspersão que tinha
755não conseguiu produzir, resumindo, essa lingotadeira que, inclusive é alemã,
756forno é chinês, a lingotadeira é alemã, e deu problema. Essa lingotadeira parou
757de funcionar e foi utilizado isso aqui que são *pits* de emergência. Num caso
758hipotético de um problema maior, a gusa é despejada nesse *pit* de emergência
759para aliviar a pressão por algum enguiço. Acontece que todo esse processo de
760partida, a lingotadeira foi cada vez mais tendo que ser abandonada porque não
761conseguiu dar conta do recado e esses sistemas de *pit* de emergência
762começou a ser usado e obviamente como eu não tinha assearia para absorver
763todo o gusa do processo, começou a ter um excesso de gusa, e ele tinha que
764ser vertido em algum lugar. O que a empresa fez? Veio verter aqui nesses
765*pats*, isso é feito em outras siderúrgicas do mundo, só que outras siderúrgicas
766do mundo não estão com uma vizinhança tão próxima. Vieram verter aqui
767nesse *pat* a céu aberto. E aí o fenômeno da chuva de prata porque cada vez
768que você vertia e tinha a queda de 1.500C° acentuada acontecendo aqui você
769tinha a emissão de particulado em quantidade evidente absurda. Então,
770durante cerca de 20 dias pelo menos até que a assearia ganhasse força
771energia para começar a funcionar, esse problema que causou que foi a
772chamada chuva de prata, nós vamos ver a data exata em que isso aconteceu
773na vizinhança. Quando a assearia entra em carga, o gusa começa a entrar na
774assearia é toda dotada de equipamentos de controle, você tem a situação
775totalmente controlada. Acontece que a gusa sempre tem algum problema aqui
776ou ali, não está no ponto e toda hora alguma panela precisa ser vertida. Então,
777o que aconteceu? Ainda que esses problemas estivessem superados, o
778entendo do INEA dentro da LI, toda a licença de instalação tem uma fase a
779teste. Normalmente essa fase teste leva 90 dias para uma empresa comum.
780Uma fabricazinha pequena, qualquer coisa, ela tem 90 dias de teste no final da
781licença de instalação quando ela passada no teste, ela ganha a LO. O que
782aconteceu com Thyssen aqui é que ela não passou no teste, portanto, ela não
783tem condições de ganhar LO sem corrigir esse problema que aconteceu na
784lingotadeira. Aí ouve uma considerável queda de braço com a empresa do
785ponto de vista de mostrar que outras siderurgias do mundo não dispõem de um
786controle diferente disso que está aqui e que outras siderurgias do mundo jogam
787no terreno e nos foi mostrado um *ranking* de siderurgia, inclusive da Europa
788várias que despejam no terreno todo excedente de gusa e qualquer tipo de
789problema. Independente disso, o órgão ambiental licenciador somos nós, não
790terá a licença se não resolver esse problema. E aí foi desenvolvido um sistema
791que nós vínhamos exigindo e que a empresa dizia que era impossível de ser
792feito porque não tem em lugar nenhum do mundo, que era o fechamento de
793todo esse aparato de *pit* de emergência para presença receber essas panelas
794que todo hora tem problema e que acabavam vindo para o *pit* de emergência.
795Então, com a assearia funcionando, a empresa entrou num ritmo mais

796tranquilo, mas toda hora nós continuávamos tendo problema e ela não poderia
797prosseguir dessa forma para ganhar a sua LO. O resultado disso nós vamos
798ver mais à frente dentro dessa empresa desenvolveu esse modelo para fazer
799esse sistema de fechamento é a única no mundo que tem um fechamento para
800um *pit* de emergência com controle, vocês vão ver aqui na frente. O
801investimento segundo a empresa foi do 40 milhões de reais para construir esse
802sistema já está determinado, eu vou mostrar, está em fase de teste, o que nós
803fizemos a partir de então? Fizemos um TAC, nós tínhamos dado para esta
804empresa diferente dos 90 dias de qualquer empresa, nós tínhamos dados para
805essa empresa 270 dias para ela entrar em carga, por quê? Você tem que entrar
806em carga com alto-forno, com assearia, você tem que entrar em carga com a
807coqueria, isso aqui é um como já disse, é do tamanho do bairro de
808Copacabana, da para você imaginar o que é o tamanho dessa empresa em
809termos de processos de entrada de carga. Então, vencido esse prazo de fase
810de teste que a empresa está procedendo às correções apontadas nessa fase
811de teste. Nós fizemos um TAC, que é esse TAC que é referido, que está em
812vigor, cujo objeto do TAC não é a operação da empresa, é a prorrogação da
813fase de testes da empresa para que ela possa se adequar e implantar todo o
814sistemas de controle e se assim fizer, ganhar a licença de operação. Porque
815que nós não fechamos a Thyssen para fazer todos os testes e depois religar de
816novo? Primeiro há considerações, eu sou arquiteto, tenho doutorado em
817geografia, estou aqui falando de questões muito além da minha vã filosofia,
818mas um alto-forno tem problemas bastante complexo para ser desligado e
819emite também uma quantidade considerável. O sistema *hit recovery* aplicaria
820se eu desligasse em não funcionar com assearia, significaria que em algum
821segundo momento eu teria que religar de novo e esperar o período da assearia
822da carga, quer dizer, ou seja, não é tão simples desligar da tomada uma
823empresa como esta para proceder todos os ajustes para depois iniciar todo o
824movimento de carga de novo. Até porque mesmo aquele *pit* com todo o
825controle, ele não suporta seria os 20 dias de descarga de gusa e nós teríamos
826de novo o fenômeno de emissão. Esse aqui é o equipamento que eu acabei de
827mencionar, que foi colocado, que é único no mundo. Isso aqui é a panela entra
828toda dentro desse galpão e aqui dentro, ela é vertida, todo o sistema de
829controle tudo isso aqui são filtros de manga e de controle para toda essa
830questão da emissão. Então, hoje nenhuma panela mais é vertida no terreno,
831todas estão sendo vertidas, isso aqui óbvio, essa foto que eu peguei ainda é
832talvez de uns quatro, seis meses atrás ainda e em obra. Aqui ainda na fase de
833obra só para ter uma ideia da escala, olha o tamanho de um homem aqui e o
834tamanho desse negócio para entrada da panela de gusa para ela ser vertida
835aqui dentro. Aqui o objeto que foi colocado no final da fala e que eu falei no
836início. Esse aqui é o padrão Conama. 150 microgramas esse é nosso padrão
837Conama. Esse aqui é o padrão meta dois OMS, 100 microgramas. Esse aqui é
838o padrão meta três OMS, 75 e esse aqui é o valor guia do OMS 50. Aqui eu fiz
839questão de botar os dois períodos em que teve a emissão, o primeiro quando a
840empresa entrou em carga que teve toda aquela situação e esse segundo
841episódio, ele ocorreu porque a assearia quebrou o guincho da entrada da
842assearia, as painéis não puderam entrar na assearia. Então, durante esse
843presídio aqui houve investimento também no terreno no final de dezembro.
844Aqui gerou uma multa de 1,8 milhões para a empresa e aqui uma multa de 2,8
845milhões dadas pela INEA à empresa por esses dois episódios. Porque nós

846somada a questão de não ser simples desligar também não fechamos? A
847empresa respeita o padrão Conama. Se nós temos que discutir do ponto de
848vista da posição do órgão ambiental, nós temos que rever o padrão Conama e
849caminhar para padrões mais restritivos ou para outras questões, obviamente o
850Conselho tem que avaliar como nós fazemos isso, quais são as tecnologias
851disponíveis para que isso seja feito. Nós exigimos uma auditoria ambiental cuja
852primeira foi feita pela Usiminas, a empresa contratou a Usiminas, que entregou
853um relatório ao INEA dizendo que não havia problema nenhum, que era normal
854siderúrgica operar desse jeito. O INEA não aceitou esse relatório e a empresa
855foi obrigada a contratar outra auditoria que era dessa empresa que aqui, uma
856canadense que começou um julho de 2011 e terminou em outubro de 2011
857onde essa empresa apontou 130 não conformidades. Dessas 130 não
858conformidades, eu não tenho o número preciso, mais de cento e poucas delas
859são detalhe pequenos que não impedem o funcionamento da empresa. Quem
860já fez auditoria sabe disso, você encontro uma caldeira e ali tem um local que
861pode purgar o óleo. Não conformidade há uma probabilidade de um pingo de
862óleo alcançar uma rede e tal. Essa empresa fez uma auditoria pente fino.
863Então, o número 130 é um número grande, mas dessas 130 tem meia dúzia
864pontos que são vinculantes para emissão da licença de operação. Entre eles o
865fechamento do *pit* de emergência, a questão das canaletas de drenagem do
866terreno e enfim e mais alguns aqui que não dá tempo de nós pegarmos, mas a
867grande maioria não nos impediria de dar licença de operação passariam a ser
868condicionantes da licença de operação, mas obviamente na situação de LI que
869nós estamos, todas elas foram incorporadas para dentro do TAC. Uma
870auditoria de saúde também foi pedida que é essa auditoria que está
871mencionada a algumas reuniões e que está a informação que eu tenho antes
872de vir para cá está fechando e deverá sair esses relatórios que até onde eu
873tenho essas orientações e medidas de controles, até onde eu tenho
874conhecimento até o momento, vão muito ao encontro do documento formal que
875foi apresentado aí pelo Ministério de Saúde que está nas nossas pastas aí com
876algumas daqueles recomendações sobre vigilância epidemiológica e uma série
877de coisas ali para ligar o nexos causal a qualquer tipo de problema. E o Estado
878além das duas multas diferente do que está colocada em um dos documentos
879que eu vi agora, tive acesso junto com vocês, os 14 milhões não eram multas
880foram aplicadas à empresa 1,8 e 2,8 milhões, os 14 milhões foi imputado à
881empresa como uma compensação, foram incluídos nesse TAC para uma série
882de medidas que visassem melhorar a qualidade de vida da população e
883compensar pelo dano que durante aquele período dos dois episódios a
884população foi submetida. Basicamente os temas que estão dentro desses 14
885milhões, infraestrutura de saúde, desenvolvimento da pesca, melhoria de vias
886urbanas, saneamento e drenagem. Essa aqui é a questão da drenagem que foi
887citada aqui, a Thyssen, quando entrou, ela fez desvio desse córrego aqui para
888jogar direto no Canal do Guandu, esse desvio aqui obedece a todos as normas
889de drenagem, acontece que o chamado bairro São Fernando, como isso aqui é
890uma área de várzea, que foi totalmente de bacia luvional que foi totalmente
891drenada pelo DNOS, tem áreas aqui que estão abaixo do nível do mar e sofrem
892influência de maré. Esse loteamento chamado de São Fernando se implantou
8931,40 abaixo da cota de soleira do próprio projeto dele. Portanto, ele já sofria
894problemas de inundação e foi agravado os seus problemas de inundação
895quando se melhorou esse escoamento daqui que por consequências, trouxe a

896 entrada da língua salina com maior rapidez aqui para dentro. Portanto isso aqui
897 entrou nas condicionantes e está sendo feita toda a intervenção de
898 saneamento desse bairro de esgoto, o bairro não tinha esgoto, era tudo
899 misturado na água pluvial, está sendo feito todo o esgoto, está sendo feita a
900 drenagem pluvial e a questão dos japoneses que estão aqui a montantes que
901 foi levantada na audiência pública, eu os recebi em seguida lá na Secretaria de
902 Estado também está sendo contemplada com pedido que eles fizeram com
903 relação à instalação da comporta para você regular essa entrada do nível de
904 maré e manter as atividades dele exatamente conforme discutido com eles. Foi
905 implantado um módulo de saúde, 4 milhões foram gastos com médico de
906 família dentro dessas compensações e ainda tem um recurso remanescente
907 que está no plano de estrutura com a pesca. Tem sido feita a reunião com as
908 colônias e associações de pescadores e tem um *rank* de questões que foram
909 colocadas aqui para compensação das atividades de pesca lá da região e que
910 estão nesse momento sendo executadas. É isso.

911

912

913 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do Conama/MMA) –**
914 Obrigado, Luiz. Nós queríamos convidar a CNI, o Wanderley.

915

916

917 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI) -** Bom dia a todos, senhores
918 e senhoras Conselheiros, após o relato dos fatos que ocorreram no Rio de
919 Janeiro pelos pesquisadores e representantes do Rio de Janeiro, nós vamos
920 fazer um breve relato da questão do acordo judicial que houve com os
921 pesquisadores. Eu vou chamar o Tiago Brito, que é representante da empresa,
922 que vai fazer esse breve relato.

923

924

925 **O SR. TIAGO BRITO –** Muito bom dia a todos, eu não vou me ater à questão
926 técnica que está sendo debatida em função de eu não ter conhecimento
927 específico sobre isso, que eu não sou advogado. Eu vou aqui tratar apenas em
928 relação às demandas judiciais que foram movidas contra os dois professores
929 que me antecederam na tribuna em relação ao professor Hermano
930 Albuquerque de Castro, a Thyssenkrupp ajustou essas demandas em função
931 de acreditar que naquele momento, as declarações que foram feitas pelos
932 professores excediam a questão da liberdade de expressão e do conhecimento
933 específico. Essas ações já foram extintas aqui por meio de desistência, duas
934 delas da Thyssen e a primeira delas em face do senhor Evan de Castro em
935 função de acordo que foi homologado em que foi dado a ele o direito de
936 resposta à comunidade por meio de informativos que foi divulgado. Nesse
937 informativo, o ilustre professor expõe a sua opinião sobre o ocorrido e faz
938 alguns apontamentos em relação aos estudos que estavam sendo
939 desenvolvidos em relação a acidente. É isso que eu tenho a falar muito
940 obrigado.

941

942

943 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do Conama/MMA) –**
944 Esse informe foi um pouco atípico, toda a densidade e dramaticidade dos
945 episódios. Nós vamos abrir para intervenções, tem o Dr. Paulo, o Dr. Francisco,

946Zuleica, Bocuhy. Vamos começar com o Dr. Paulo, por favor, só pediria o
947seguinte, vamos ser breves, nós vamos é um relato impactante, vamos
948procurar ver como nós nos posicionamos em relação a esse assunto.

949

950

951**O SR. PAULO NOGUEIRA-NETO NETO (ADEMA)** – Eu quero dizer em
952primeiro lugar que nunca na minha vida eu me senti numa posição que não se
953pode substituir. Eu acho que nós temos que para sermos fiéis à Constituição
954Federal, que privilegia a vida humana, nós temos que interditar as atividades
955hoje porque se nós não fizermos isso, nós seremos culpados pela morte de
956pessoas. E eu não assumo a minha integridade da minha função aqui de
957Conselheiro se não for expressar e estou profundamente emocionado com isso
958e quero lembrar uma situação semelhante, que quando eu era Secretário
959Federal do Meio Ambiente ocorreu comigo. Eu recebi um telefonema, certo dia,
960da Bahia, o Governador da Bahia dizia aqui tem uma fábrica de negros e fumo
961e essa fábrica não tem jeito, preciso fechar a fábrica. E eu disse a ele, pela
962legislação, o senhor não pode fechar a fábrica, só o modelo federal que poderia
963fechar, mas tem uma coisa, os Estados são autorizados a diminuir a produção.
964O que ele fez? No mesmo dia, ele diminuiu a produção a nível tal, que a fábrica
965fechou. Então conseguimos resolver o problema. Mas hoje ele me conta numa
966situação absolutamente semelhante, eu não vou dormir tranquilo enquanto não
967tiver conhecimento que essa fábrica foi fechada hoje. Muito obrigado (*Palmas*).

968

969

970**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Antes de tudo,
971gostaria de cumprimentar o secretário Gaetani, em nome de todo esse
972Conselho e de dizer que, de fato, o Conama, através de moções, como essas
973que foram apresentadas pela FURPA, INGÁ e AMAR trouxe essa discussão
974importante para que comece a se fazer uma grande reflexão com relação ao
975licenciamento ambiental quando se trata de poluições atmosféricas por fontes
976físicas que está ocorrendo a nível de Câmara Técnica com a revisão, eu acho
977que nós temos que ser muito mais rígidos, rigorosos porque os grande
978empreendimentos aos impactos socioambientais, principalmente a saúde são
979grandes e isso às vezes não é levado em consideração quando se trata apenas
980nas questões econômicas e financeiras, Dr. Paulo, e nós temos que ver o
981reflexo da saúde pública que ocorre e ao mesmo tempo, para amenizar a
982Fundação Oswaldo Cruz que nós fomos solidário também quando a própria
983ADEMA/RJ se levantou para fazer uma moção de uma importância dessa. E
984dizer que os pesquisadores, Alexandre e os demais aqui presente devem
985continuar na pesquisa, não devem enfurecer como os pesquisadores
986brasileiras porque eles têm trazidos grandes serviços à proteção da saúde
987ambiental no país. Continuem, pesquisadores da Fiocruz. Continue Ministério
988da Saúde dando respaldo nesse trabalho. E o Conama, tem mostrado que
989através de moções tem ido de encontro às aspirações da população brasileira,
990principalmente quando acontece impacto à saúde, ao meio ambiente. O
991Conama deve continuar sim atendendo e ouvindo as reivindicações e dizer que
992a Fiocruz é uma grande instituição de pesquisa que só engrandece,
993continuando num trabalho desse para chamar a atenção da área ambiental do
994país, da área do desenvolvimento sustentável para ver que a saúde deve ser
995considerado em todos os estudos de impacto ambiental, em todo o

996licenciamento ambiental para a proteção da nossa economia verde, que se fala
997e se tratou na Rio+20 mas está inclusa. A economia verde está dentro do
998programa de saúde pública e da proteção à questão dos impactos causados ao
999saneamento e ao meio ambiente. Obrigado para vocês.

1000

1001

1002**A SRª. ZULEICA NICZ (AMAR)** – Bom dia, quero agradecer ao apoio da
1003Diretoria do Conama, zelar por esse acordo da plenária que foi a retirada de
1004pauta da moção, tanto da FURPA quanto da AMAR quanto a esse
1005esclarecimento. Quero agradecer ao Firmino, o pessoal da Fiocruz, o pessoal
1006da própria CNI que não esclareceu bem toda a problemática. Esclareceu
1007apenas, ficou muito restrita a resposta da TKCSA apenas ao processo que
1008moveu e depois retirou. Eu queria lembrar duas coisas importantes aqui e fazer
1009a pergunta, para não ficar muito extenso, por outro lado, é uma pergunta
1010complexa. Porque foi mencionado aqui e também tem um documento do
1011IPACS, que é o Instituto de Políticas Alternativas do Cone Sul, que fez uma
1012análise do termo de ajustamento de conta. Uma análise crítica do termo de
1013ajustamento de conduta que foi feito, se não me engano entre o INEA, SEA e a
1014TKCSA. São vários pontos polêmicos. Então eu tenho que restringir minhas
1015perguntas, eu vou fazer duas. Duas que me chamam a atenção pelo seguinte
1016motivo. Porque isso se repete no Brasil inteiro. Como nós estamos tratando de
1017um caso emblemático e o Conama, segundo a Ministra, num discurso que ela
1018fez que está registrado no site do Conama que o Conselho hoje é o espaço
1019democrático que recepciona as diferenças de opinião e pensamento e que
1020também representa o ideal de luta pela consolidação da democracia nos
1021últimos 30 anos e que há o espaço legítimo para mudança, não está bem
1022escrito dessa forma aqui, das políticas e meio ambiente no país e nós que
1023regulamentamos aqui o licenciamento. Temos uma história super importante, o
1024Dr. Paulo sabe muito melhor do que eu. A questão do licenciamento ambiental,
1025por que foi pensado e criado esse instrumento do estudo do impacto ambiental.
1026Todo o processo que antecede, que faz com que o órgão possa analisar
1027segurança daquele empreendimento. Acho que as questões de saúde sempre
1028estiveram implícitas, embora só hoje estejamos conversando a falar da saúde,
1029da avaliação do impacto à saúde, que são coisas que precisam ser agregadas
1030ao processo do licenciamento com uma máxima urgência. Sem contar, nós
1031precisamos atualizar e melhorar as nossas resoluções relacionados a nível de
1032poluição. No caso da TKCSA, pelo que eu observei na crítica ao TAC, já se
1033passou mais do que podia ou prazo para essa licença de operação. A
1034impressão que dá é que ou houve um problema técnico muito sério que
1035demonstra a incapacidade técnica do órgão, que não é uma crítica que eu
1036quero leve no aspecto pessoal. Nós vemos que os órgãos estaduais não tem
1037capacidade técnica mesmo, no Brasil inteiro. A legislação é muito mais
1038adiantada do que a estrutura que nós temos. Como que vamos resolver isso?
1039Será que foi mesmo incapacidade técnica? Pode ser que não tenha sido, mas
1040o fato é que eles tiveram que apresentar um estudo de impacto ambiental.
1041Esse estudo impacto ambiental teve que ser analisado. Quando se deu a
1042primeira licença prévia, já estava mais ou menos entendido que o projeto era
1043bom e viu-se que o projeto era ruim, pelo que eu vi pela sua apresentação. Ou
1044eles não nos respeitam, quer dizer, é uma multinacional, pode ser que não
1045precisasse ser uma multinacional para não desrespeitar o cidadão. Já vi isso

1046também porque nós fazemos enfrentamento direto lá no Paraná, de
1047empreendimento, nós conhecemos bem como que as coisas se dão em nível
1048do mundo real, das pessoas, as vizinhanças, do sofrimento das pessoas, como
1049que isso altera e degrada, de certa maneira, toda a vida social por conta das
1050questões ambientais e de saúde. Então me parece que a empresa trouxe uma
1051tecnologia obsoleta, é uma especulação que eu estou fazendo, veio fazer uma
1052experiência aqui no Brasil se utilizando das nossas fraquezas, se aproveitando
1053das nossas fraquezas técnicas e tal. Isso é muito comum, como que nós vamos
1054empoderar o órgão ambiental? Para que já de cara ele consegue,
1055tecnicamente, pelo menos, aqui politicamente é outra dimensão, enfrentar esse
1056tipo de coisa porque vem muito mais coisas do que aquela. As coisas tendem a
1057piorar. Essa é uma pergunta. A segunda pergunta é a questão do
1058financiamento do órgão público, como ele pode se empoderar para poder ter
1059equipamento, formação, pessoal qualificado para ele dar conta desse tipo de
1060coisa que é muito grande. E uma coisa é uma siderurgia, depois ele está
1061lidando com uma papelreira, depois ele está lidando, são empreendimentos
1062diversificados, cada um com alta sofisticação, seja tecnológica no sentido bom
1063da palavra, seja no sentido de burlar. E de apresentar uma gambiarra
1064tecnológica e dizer isso aqui nós fazemos lá na Alemanha, e vocês nem tem
1065condições de verificar isso. Não tem tempo para isso, o corpo técnico é
1066reduzido, não é qualificado e a demanda é gigantesca, tanto que lá no Rio de
1067Janeiro se implantou o *fast food* no licenciamento, pelo menos é o que rola nas
1068redes. Aquele licenciamento rápido, vamos agilizar o licenciamento, aquela
1069campanha pela agilização para facilitar o desenvolvimento do país e o que nós
1070estamos vendo o agravamento do subdesenvolvimento. Alguns ficando muito
1071ricos e a grande maioria com problemas gravíssimos. Esse é a realidade que
1072eu vejo. A questão é a seguinte. O que aconteceu é que diz aqui do documento
1073do PACS, um documento da própria empresa TKCSA e o depoimento da
1074senhora Marilene Ramos, acho que ela é a Secretária do Meio Ambiente do
1075Rio de Janeiro, em depoimento da senhora Marilene Ramos, a Comissão
1076Especial da Investigação da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, pode se
1077confirmar que a TKCSA doou, por meio da FIRJAN, cerca de 4,6 milhões de
1078reais para reformar o prédio do INEA. Segundo o TAC, a TKCSA irá adquirir no
1079prazo de 180 dias equipamento para análise da composição do material
1080particulado e partículas em suspensão e promover instalação no laboratório do
1081INEA de acordo com o especificado no Anexo II do presente termo. Nós
1082achamos assim, não sei os ambientalistas vêm conversando sobre isso
1083achamos que o empreendimento com grande impacto poluidor deve realmente
1084implantar os sistemas de monitoramento dos equipamentos e até mesmo em
1085ponderar o órgão para que o órgão possa fiscalizá-la de maneira autônoma. O
1086que nós temos visto, por exemplo, caso de sementeiras no Paraná, a moda
1087que se instalou no Brasil do automonitoramento num país onde a democracia é
1088fraca. Os mecanismos de democracia são muito fracos. A sociedade civil não
1089obtem recurso, não existe um mecanismo de financiamento dos grupos
1090cidadão que possam fazer a fiscalização do Estado do ponto de vista do
1091cidadão. Não podemos contar com o MPF 24 horas por dia. Num contexto
1092desses, o automonitoramento é uma solução perversa. Porque você tem a
1093empresa se automonitorando e o cidadão que se dane. Você tem um órgão
1094ambiental incapaz tecnicamente, ou sem equipamento para fazer a
1095contraprova. Ou também porque o sistema está errado, quer dizer, nós

1096 poderíamos fazer melhor isso. Não precisa ser automonitoramento, a empresa
1097 que empodere o órgão, mas de uma maneira que o órgão se mantenha
1098 autônomo politicamente, tecnicamente para fazer esse monitoramento. Afinal
1099 ela deve isso ao cidadão. Então essa seria a segunda pergunta, como que fica
1100 a relação da TKCSA essas doações, como elas foram feitas e até que ponto
1101 isso comprometeu a lisura do processo do licenciamento?

1102

1103

1104 **SR. CARLOS BOCUHY (PROAM/SP)** – Eu acho que essa questão nos
1105 remete a duas questões de fundo, uma delas é a revisão dos padrões de
1106 qualidade do ar que nós temos pedido no Conama há praticamente três anos o
1107 representante da Secretaria do Rio de Janeiro, ele coloca claramente que os
1108 valores indicadores OMS são muito mais sensíveis no padrão realmente que
1109 garante a proteção da saúde pública. E pelo que eu conversei com ele, o Rio
1110 de Janeiro caminha no sentido de adotar uma revisão de padrões para o
1111 Estado do Rio de Janeiro, como São Paulo já fez. E como o pulmão do
1112 brasileiro não é diferente em outros Estados da União menos preparados para
1113 fazer essa revisão, eu acho que o Conama tem a tarefa urgente de se debruçar
1114 sobre essa matéria e providenciar por uma norma mais adequada à proteção
1115 da vida humana que isso tenha aplicabilidade em todo o território nacional. Se
1116 nós não tivermos o padrão, nós não vamos ter as políticas públicas, nós não
1117 vamos ter a definição de áreas saturadas e tantas outras orientações que são
1118 boas para o empreendedor e são boas também para o sistema de meio
1119 ambiente, principalmente para a população. A segunda questão que nós
1120 remete é a questão de controle social, se há mecanismos de transparência e
1121 controle social nesse país, um dos mais importantes é a atuação independente
1122 dos pesquisadores científicos à medida que eles nos trazem com clareza qual
1123 é os efeitos que determinados empreendimentos, de determinadas condições
1124 ambientais trazem para a saúde das populações. Quando um pesquisador
1125 recebe um processo judicial, é natural que esse mesmo pesquisador atuante,
1126 por exemplo, Dr. Herminiano de Castro, que eu conheço há mais de década,
1127 deixe de ter tanto empenho em ir para novas situações porque ele já tem o
1128 processo a responder. Um processo judicial representa para aquele que atua
1129 com controle social um elemento de arrefecimento de atuação. Isso é
1130 inevitável, eu digo aos senhores porque eu respondi seis processos, eu fui
1131 inocentado de todos eles, eu ganhei todos os processos na justiça, em São
1132 Paulo, nós temos um aparato da minha instituição, PROAM Técnico muito forte
1133 e nós paramos seguidamente três empreendimentos de três diferentes áreas
1134 de atuação. Os processos que foram movidos contra minha pessoa foram
1135 movidos com o mesmo *kit*, nós chamávamos de *kit* processo porque nós
1136 parávamos o empreendimento, um deles, por exemplo, das empresas X e aqui
1137 tentou estabelecer uma área indígena entre Rio e São Paulo e aquele *kit* do
1138 processo era exatamente igual ou outro processo administrativos dentro do
1139 Conselho Estadual do Meio Ambiente. Um deles era o que eu havia usurpado
1140 as funções de meirinhos, ou seja, eu entreguei uma liminar, à pedido do
1141 Ministério Público Federal para evitar que os índios, entre si, viessem a ter um
1142 atrito porque metade do assentamento indígena concordavam com a condição
1143 proposta pelo empreendedor e metade não. Porque foram doadas camionetes
1144 Toyota, coisas do tipo. Coisa ainda de espelinho, infelizmente. Eu queria dar
1145 esse depoimento aqui para dizer aos senhores que o cidadão que recebe um,

1146dois, três processos se sente engessado. É muito difícil quando você tem dois,
1147três processos a responder, você continuar com uma atuação livre
1148independente e dizer que essa é uma prática articulada e nós identificamos
1149claramente isso, até com o próprio MPF. Queria dar esse depoimento em
1150função de que essa prática de processar pesquisadores ou líderes ambientais
1151é um processo de criminalização que visa exatamente diminuir a perspectiva
1152da sociedade de controle social e de gestão participativa. Eu sei que esse não
1153é o fórum, mas eu queria, em nenhum momento, um pesquisador esteve aqui
1154para dizer o que sentiu e eu sei o que sente na pele a pessoa que é
1155processada de forma injusta. E reitero então o nosso pedido de revisão dos
1156padrões de acordo com os valores indicadores da OMS, nós não podemos
1157mais retardar esse processo e eu espero que tenhamos notícias da próxima
1158reunião, mesmo não havendo possibilidade internamente do MMA, do corpo
1159técnico de trabalhar, eu sei que a sobre carga é muito grande, mas nós nos
1160propomos por São Paulo, a trazer uma minuta, uma proposta de resolução
1161pronta para análise que essa discussão foi feita no CONSEMA/SP e portanto já
1162existe um acúmulo técnico suficiente para que nós possamos fazer uma
1163proposta mínima. Obrigado.

1164

1165

1166**A SR^a. MÔNICA LIMA (UERJ)** – Eu queria rapidamente colocar mais alguns
1167dados para conhecimento de todos e que o Firmino pudesse comentar por
1168favor. Nós sabemos que houve um grave problema técnico, quer dizer vários,
1169mas eu vou dizer especificamente do alto-forno, que é um alto-forno, não é o
1170alemão, que foi implementado nessa empresa, nessa siderúrgica em Santa
1171Cruz, é uma inovação tecnológica chinesa e que esse forno já apresenta uma
1172série de defeitos, como já foi apontado, por isso aconteceram os acidentes e
1173como vocês vêm avaliando. Isso foi um forno muito mais barato, se não me
1174engano, está aqui, 60 milhões de euros mais barato, mais uma vez é aí o
1175modelo econômico demandando e não o socioambiental, então foi um grave
1176problema técnico. Eu queria que você, Firmino, pudesse comentar a respeito
1177você até colocou ali, falou que as cavas vinham sendo usadas feito que
1178diariamente, por isso os acidentes, esse então se tornou um procedimento
1179padrão da empresa. Procedimento que seria de emergência passou a ser
1180padrão. E fora isso, antes esse procedimento de emergência, nós temos dois
1181procedimentos anteriores como esfriamento, que até no próprio laudo da
1182empresa CH2 Rio, eles colocam esse esfriamento. Eu queria saber de você
1183como que está o andamento desses dois procedimentos e não só esses dois
1184procedimentos como 134 itens do TAC, que não passa flexibilização da lei para
1185impedir que a licença seja negada, como que anda o andamento desses
1186procedimentos do TAC e esses no qual eu estou solicitando que você comente
1187e por último, você colocou a questão da Usiminas, mas aconteceram mais duas
1188outras auditorias no qual nós também não tivemos acesso a essas
1189documentações, auditorias, mas da Usiminas, nós sabemos que inclusive dois
1190responsáveis foram judicializados criminalmente por omitirem dados e se vocês
1191têm esses dados. E por último solicitar aqui a essa plenária que nós
1192reavaliemos o fato do Ibama não estar participando como deveria devido às
1193mudanças aí na nossa legislação, como deveria nesse processo de
1194licenciamento e não só nesse como em outros, devido à divisão atual que está
1195havendo na lei e que nós reavaliemos isso porque isso vem contribuindo a

1196vulnerabilidade das nossas instituições democráticas enquanto fiscalizadoras e
1197reguladoras. Se houvesse envolvimento federal, tudo isso poderia ter sido
1198diagnosticado antes, facilitariam o nosso trabalho, inclusive quanto à prevenção
1199e um diagnóstico social poderia ter sido feito de melhor maneira e de melhor
1200qualidade.

1201

1202

1203**O SR. LUIZ FIRMINO MARTINS PEREIRA (Governo do Estado do Rio de**
1204**Janeiro)** – Rapidamente aqui os pontos que foram colocados, incapacidade
1205técnica. Quero dizer que o INEA tem capacidade técnica de sobra,
1206evidentemente, nenhum órgão ambiental precisa ter um especialista em
1207siderúrgica para licenciar uma siderúrgica, não precisa ter um especialista em
1208trânsito para licenciar uma rodovia, não precisa ter um especialista em cada
1209área. Para isso, a legislação e esse Conama também consagrou a necessidade
1210dos estudos de impacto. Então as perguntas-chave são feitas no estudo de
1211impacto. Que eu mostrei para vocês a planta aprovada e licenciada pelo INEA
1212tem todo o sistema de controle e toda a fase de funcionamento perfeita para
1213não haver emissão. A questão de ter dado problema em um equipamento e ter
1214havido emissão, responsabilidade total da empresa que furou com o projeto na
1215medida em que teve aquilo, sofreu as sanções, as mais diversas, não só as
1216multas, como todas essas que nós colocamos e foi obrigada, pela capacidade
1217técnica do INEA, não foi ela que propôs o enclausuramento pela capacidade
1218técnica do INEA foi obrigado a instalar um equipamento inédito. Eu só espero
1219que ela não patenteie e ganhe dinheiro com isso. Porque foi inédito e não tem
1220nenhuma siderúrgica do mundo com o sistema de controle para despejo de
1221gusa. Essa é a única. Ainda com relação às medições, todo o licenciamento
1222ambiental obriga sim, não é o Estado que tem que gastar, a empresa está
1223vindo para se instalar porque o Estado vai ter que gastar dinheiro enfiando
1224estação para todo o lado. A empresa quem tem que botar as estações todas e
1225elas são ligadas ao órgão ambiental que tem acessos às informações diretas.
1226Toda essa área do entorno existem estações do INEA, nós temos dados de
1227Santa Cruz anteriores à implantação da indústria e posteriores à implantação
1228da indústria. Hoje, se você pegar as estações, nós temos uma variação anterior
1229à indústria da ordem de 20 microgramas para um pouco mais, agora mais
1230abaixo, mas ainda próximo a 30 microgramas. Índices abaixo daqueles da
1231OMS, não é do Conama, da Organização Mundial de Saúde. Então ali já era
1232uma região industrial. O TAC determinou, por uma conversa junto com o
1233próprio MP colocamos a obrigação de fazer o DNA da poeira. Todas as
1234estações estão tendo agora avaliação de onde vem cada poeira daquela, ou
1235seja, nós vamos saber pelo TAC quanto vem da Thyssen, quanto vem lá do
1236distrito industrial de Santa Cruz, quanto vem dos veículos que transitam no
1237horário de *rush* a cada dia mais e mais veículos, quanto vem da poeira da rua
1238dali. Nós vamos ter muito em breve exatamente cada estação que recebe
1239quanto vem de lá. A questão de licenciamento *fast food*, me desculpe, o tempo
1240que se leva para dar uma licença não tem relação nenhuma com a qualidade
1241da licença. Eu posso levar dois anos para dar uma licença e não ter olhado
1242esse processo nenhum dia, olhá-lo nos últimos cinco minutos e dar uma
1243licença. O tempo tem ver com a capacidade e logística e forma de trabalho, no
1244Rio de Janeiro modificou radicalmente, fez contratação, montou equipes, hoje
1245tem um órgão centralizado o INEA tem as antigas FEEMA, CER e EF então

1246 tudo é feito numa velocidade muito maior e tem capacidade da resposta. Então
1247 a qualidade do licenciamento do INEA é tal que o Rio de Janeiro hoje é o
1248 Estado que menos desmata, o dado do INPE e da SOS Mata Atlântica mostrou
1249 que o Rio de Janeiro teve um quilômetro de desmatamento nos últimos anos e
1250 foi o Estado que mais licenciou porque está aí com um PIB grande. Isso não
1251 quer dizer, tem 20% da sua Mata Atlântica preservada, contra 7% da média
1252 nacional. Dobrou sua área de parque de 100 para 200 mil hectares. A questão
1253 de dar licença com velocidade tem que ser com eficácia. Eu acho que é bom
1254 para o Estado ter capacidade de dar e não são certamente essas que estamos
1255 falando de EIA/RIMA que tem todo o processo a seguir bastante demorado. Os
1256 4 milhões do prédio são um acordo feito em 2007 com a FIRJAN para todo
1257 esse processo de reestruturação do Estado. O Estado do Rio com FEEMA,
1258 CER e EF absolutamente sucateados, chegou ao final do governo passado e
1259 ao início do atual governo numa situação realmente precária. Foi feito um
1260 acordo da FIRJAN de 36 milhões de reais para toda uma reestruturação do
1261 setor. Esse acordo com a FIRJAN é totalmente transparente, o MP
1262 acompanhou totalmente foram investimentos em informática, capacitação, o
1263 que é colocado como recurso da Thyssen é convênio da Thyssen com a
1264 FIRJAN para um programa de reestruturação que envolveu todo o setor industrial
1265 do Estado do Rio de Janeiro e que resultou inclusive na própria lei do INEA,
1266 que hoje se configura na implantação do instituto. Com relação ao alto-forno,
1267 os episódios não foram no alto-forno. O alto-forno tem funcionado bem,
1268 pequenos problemas na casa de corrida estão no TAC, a obrigação de botar
1269 uns anteparos para segurar o vento para a questão do que foi detectado, que é
1270 bastante pequeno, o alto-forno não tem tido nenhum dos dois, nenhum
1271 problema. E quanto às painéis que não podem mais ser vertidas, nós botamos
1272 *webcam* na empresa ligada no centro de controle operacional do INEA, quem
1273 chegar lá no INEA vira ali para o lado direito, vai ver os painéis, vai ver lá
1274 exatamente o que está acontecendo na TKCSA agora como vai ver também na
1275 CSN todas as grandes empresas estão com *webcam* online 24 horas, nós
1276 controlando da sala. O que acontece, a ponto de qualquer emissãozinha nós
1277 ligamos para a empresa, que às vezes ainda nem sabe e nós já estamos
1278 sabendo o que está acontecendo, manda tomar providência imediatamente. E
1279 por fim, quanto ao acesso à informação, os processos são todos livres, quem
1280 estiver lá, for lá ao INEA e na Secretaria, vai ter acesso a todos os processo,
1281 pode tirar cópia, basta escrever lá no processo, peguei, tirei cópia na data tal,
1282 não tem problema nenhum, os processos são abertos. As auditorias, tudo que
1283 tem, se não tiver email digital disponível no site, eu não tenho certeza se tem,
1284 pode ir lá, se quiser me procure, não tem o menor problema e nós
1285 disponibilizamos todas as informações que nós tenhamos sobre as auditorias e
1286 sobre todo o processo da Thyssen.

1287

1288

1289 **SR. PAULO NOGUEIRA-NETO NETO (ADEMA)** – Eu queria propor
1290 providências práticas. Primeiro lugar, a responsabilidade do Conama é bem
1291 clara. A Lei da Política Nacional do Meio Ambiente diz claramente que compete
1292 ao Conama toda a legislação, não a legislação, porque compete com ao
1293 Congresso, mas compete a medidas para o funcionamento, digamos assim, o
1294 controle de todos os produtos de origem natural. O minério de ferro, aí no caso,
1295 o produto natural, compete a nós, Ibama, a responsabilidade. A mim me parece

1296claro que uma companhia que está a venda, todo mundo diz que ela está à
1297venda, não vai ter recursos para fazer mudança fundamental, grande, que todo
1298mundo está esperando que ela faça e ela não faz. E ela procura, já na sua
1299história que nos foi exposta aqui, muito claramente pelo representante do Rio
1300de Janeiro, ela procura tirar o corpo, consertar, tentar métodos que não deram
1301certo. Isso é uma coisa intolerável sobre o ponto de vista legal e da
1302responsabilidade do Conama. Eu acho que nós devemos pedir imediatamente
1303e que essa companhia fique fechada e que só reabra depois de que ficar bem
1304claro que houve uma mudança substancial dos procedimentos utilizados. Se
1305ela não conseguir fazer isso, que continue fechada, porque nós temos uma
1306responsabilidade e não podemos abdicar dela. Eu sugeriria que nós aqui no
1307Conama, nessa reunião, façamos um apelo à Ministra do Meio Ambiente para
1308que ela, por sua vez ou diretamente ou através da Presidente da República que
1309proceda ao fechamento imediato da companhia porque temos todo o histórico
1310que o passado ela, é que ela não conseguiu resolver o problema. O repositório do
1311Rio de Janeiro expôs isso muito claramente com toda a clareza, nós não
1312podemos cruzar os prazos e esperar as coisas acontecerem por si, nós temos
1313muita responsabilidade e temos que assumi-la e eu assumo a minha parte
1314nessa responsabilidade. Muito obrigado.

1315

1316

1317**O SR. LUIZ FIRMINO MARTINS PEREIRA (Governo do Estado do Rio de**
1318**Janeiro)** – O Rio de Janeiro eu acho que se não ficou claro na apresentação,
1319mostrou que a empresa hoje está adequada aos padrões do entorno, que estão
1320entre 20 e 30 microgramas com toda aquela zona industrial dentro dos padrões
1321da Organização Mundial da Saúde. Então, eu fui bem claro nos problemas
1322todos que a empresa apresentou, como o órgão ambiental agiu e qual é o
1323processo que nós temos hoje. E há caminho hoje para a empresa receber a
1324licença de operação se a fase teste toda comprovar e mantiver linearmente
1325esses resultados é só isso que eu coloco. Agora, evidentemente que uma
1326siderúrgica vizinha a áreas urbanas vai estar sempre com olho muito atento
1327nosso e qualquer acidente pode realmente emitir, haver em poeira porque
1328eventuais situações, mas a nível de controle normal, ela tem hoje padrões
1329atender a OMS, não é nem ao que nós estabelecemos aqui no Conama. Então,
1330só deixar claro que a questão de fechar a empresa por falta de controle, eu
1331quero deixar claro que o Rio de Janeiro hoje pelo que demonstrou tem controle
1332hoje sobre a situação e exigiu o que precisava da empresa.

1333

1334

1335**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do Conama/MMA)** – Eu
1336queria sugerir o seguinte, o Doutor Paulo fez um apelo aqui à própria Ministra
1337nós vamos fazer uma reunião no Ministério em relação ao assunto e voltamos
1338para a próxima reunião do Conama com uma resposta a essa interpelação que
1339o Doutor Paulo nos coloca. Tem questão da competência da legislação, mas
1340tem também as questões da manifestação.

1341

1342

1343**O SR. PAULO NOGUEIRA-NETO NETO (ADEMA)** – Dizer o seguinte, que nós
1344não podemos esperar pela próxima reunião. Eu acho que o assunto deve ser
1345levado, saber se realmente está absolutamente a prova de qualquer falha

1346 porque nós estamos tratando com a vida humana. Então, nós temos que avisar
1347 a Ministra que não conhece o problema porque nenhum de nós conhecia até o
1348 dia de hoje aqui. Então, se for o caso, que me parece o caso, que as medidas
1349 sejam tomadas imediatamente. Agora as autoridades federais acharem que
1350 não é necessário, então esse é outro caso. Mas se acharem que for necessário
1351 que se feche imediatamente. Eu acho que essa seria a solução que nós
1352 deveríamos no momento tomar.

1353

1354

1355 **SR^a. MÔNICA LIMA (UERJ)** – Eu queria colocar que eu estou com o
1356 documento aqui da própria Alemanha falando da questão do alto-forno. Do
1357 problema do alto-forno e que a população está sendo submetida a um
1358 procedimento de quase de experiência. Até na área médica isso tem que
1359 passar por uma Comissão de ética.

1360

1361

1362 **SR. PAULO NOGUEIRA-NETO NETO (ADEMA)** – E que a responsabilidade
1363 principal compete inclusive aos níveis do Conama e aprovou estão
1364 ridiculamente de fora controle, quer dizer, nós quando fizemos isso, não
1365 sabíamos quais eram os riscos reais que realmente vieram a acontecer. Então,
1366 cabe a nós a responsabilidade de fazer um estudo de emergência para que a
1367 Ministra tome as providências cabíveis.

1368

1369

1370 **SR^a. MÔNICA LIMA (UERJ)** – O Ministério da Saúde e do Meio Ambiente
1371 possa ir à localidade e ver como a poeira ainda está lá naquele local
1372 diariamente.

1373

1374

1375 **SR. ALEXANDRE PESSOA (FIOCRUZ)** - Desculpa pela volta, mas aí
1376 suscitou de fato Firmino uma dúvida porque uma questão são as estações de
1377 monitoramento da qualidade do ar. A outra questão é o monitoramento das
1378 emissões das diversas fontes que existem na siderurgia. Se eu não me
1379 engano, o TAC apresenta não conformidade quanto às emissões, inclusive faz
1380 menção a necessidade de calibração de equipamentos internos realizados
1381 atualmente. Então, veja bem, são duas questões distintas, eu quero colocar
1382 porque obviamente que falar aqui não substitui o próprio TAC. O TAC aponta
1383 que existem problemas quanto às emissões atuais e o seu monitoramento.
1384 Está lá prescrito. Então, eu gostaria de ter informação se de fato existem
1385 problemas nas emissões ou não. A possibilidade de envolver o MMA junto com
1386 Ministério da Saúde eu acho, é uma opinião, mais do que oportuna para
1387 fortalecer as pesquisas e as informações. Estamos solicitando informações e
1388 gostaríamos, inclusive da Fundacentro, Firmino, assim que ela estiver pronta
1389 se você puder nos encaminhar em tempo real para a apreciação da Fiocruz.

1390

1391

1392 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do Conama/MMA)** – Os
1393 documentos foram encaminhados também parte do contexto da discussão, nós
1394 vamos conversar em nome do Ministério e vamos avaliar com a Ministra a
1395 possibilidade de uma atuação do Governo do Estado e junto com o Ministério

1396da Saúde nesse sentido. Nós vamos procurar agir independentemente do
1397calendário da reunião, vamos avaliar com a Ministra nos posicionamos e vocês
1398ficarão sabendo as providências tomadas. Pessoal, tem uma questão de ordem
1399que eu gostaria de submeter a vocês que é o seguinte, nós temos ainda quatro
1400informes pendentes. Alguns desses informes envolvem o tratamento de
1401discussões que eu acho interessante processá-las em minutas. Eu destacaria a
1402questão do informe florestal brasileiro, ou mesmo a discussão relacionada ao
1403acompanhamento e avaliação do PROCONVE. Eu pergunto a vocês, preferem
1404continuar agora, retomar à tarde ou remeter esses informes para a próxima
1405reunião do Conama? Os que são a favor que nós tratemos esses quatro
1406informes da próxima reunião do Conama, por favor, se manifestem. Os que são
1407favor que sejam processados hoje à tarde. E os que são a favor de nós
1408continuarmos agora com eles. Nós temos remetendo esses quatro informes à
1409próxima reunião do Conama, talvez nós vamos conversar com vocês
1410informalmente antes, inclusive sobre a programação. Ontem, em função das
1411nossas discussões de ontem, foram feitas algumas sugestões em relação ao
1412formato de algumas conversas das apresentações dos nossos convidados, nós
1413precisamos repensar alguma forma de trabalhar melhor a participação e a
1414gestão do tempo nosso aqui, então, eu agradeço a vocês, gostaria apenas que
1415vocês mantivessem o contato de nós discutirmos uma melhor dinâmica para
1416aproveitar melhor o tempo dos nossos convidados e nossos Conselheiros nas
1417nossas reuniões. Muito obrigado, estamos encerrando hoje, até a próxima, em
1418novembro.